

Sumário

Prefácio	XVII
Introdução	1
1 O Estado e o dever constitucional de garantir a ordem econômica e de prover o desenvolvimento social	5
1.1 O Trabalho como dignidade humana.....	6
1.2 A garantia da ordem econômica e o desenvolvimento do ambiente negocial.....	9
1.3 A proteção e a preservação das empresas.....	18
1.3.1 Os tributos e a sua correlação com a preservação das empresas	23
1.4 A função dos tributos, do Estado e dos contribuintes.....	26
2 Recuperação judicial – Medida de proteção à empresas em comprovada crise financeira	39
2.1 A norma recuperacional – Os objetivos e a quem se destina	41
2.1.1 Algumas atividades que pleitearam o reconhecimento da equiparação da atividade empresarial.	46
2.2 A função social da empresa e o direito à recuperação judicial.....	49
2.3 A composição das dívidas na recuperação judicial	53
2.4 Os efeitos e as consequências das dívidas não sujeitas ao processo de recuperação judicial	57
2.5 A exigência das certidões negativas de débitos tributários e as suas consequências	60

3 A Lei nº 14.112/2020 e a mudança no tratamento das dívidas tributárias	67
3.1 Os tributos e o seu tratamento no processo de recuperação judicial	68
3.2 A transação tributária.....	72
3.3 pontos controvertidos da transação tributária.....	79
3.4 A falência requerida pelo fisco e suas consequências	85
4 A análise da constitucionalidade do pedido de falência pelo fisco das empresas em recuperação judicial	93
4.1 Os princípios constitucionais e a sua importância	94
4.2 Proporcionalidade, isonomia e preservação da empresa....	98
4.2.1 A recuperação judicial e os impactos do pedido de falência.....	105
4.3 As sanções políticas e o devedor contumaz.....	109
4.3.1 O devedor contumaz e as suas principais características.....	113
4.4 Análise consequencialista do pedido de falência pelo fisco	120
5 Conclusão	131
Referências	137

Lista de imagens

Figura 1 - Curva de Laffer.....	32
Figura 2 - Taxa de Recuperação de Ativos	45
Figura 3 - Variáveis e Coeficientes Gerais do Modelo	125